Bolsa-família: impacto das transferências de renda sobre a autonomia das mulheres e as relações de gênero [*2]

Lena Lavinas[♣]
Barbara Cobo[♦]

Palavras-chave: transferências de renda, pobreza, Brasil, Bolsa Família, relações de gênero

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar alguns resultados empíricos derivados de um survey aplicado na cidade do Recife, em janeiro de 2008, num universo de 121 mil famílias pobres, para estimar os efeitos da política de transferência de renda mais importante do governo federal, o Programa Bolsa Familia. Em particular, pretende-se analisar, da perspectiva das mulheres beneficiárias, efeitos do programa no ambiente familiar, nas relações integeracionais e de gênero e nas oportunidades de inserção ocupacional da população adulta, notadamente a feminina. Vamos comparar o perfil sócio-econômico das mulheres beneficiárias e não-beneficárias e estimar índices de dissimilaridade que permitam inferir o que as distingue a partir da condição de recebimento do benefício. Com base em logits, vamos estimar probabilidades distintas para mulheres beneficiárias e não-beneficiárias contra um conjunto importante de fatores que determinam a autonomia das mulheres, como presença de filhos em creche, na escola, presença de um adulto que possa compartilhar o trabalho doméstico, acesso a eletrodomésticos, emprego remunerado, etc. Ademais, vamos identificar fatores que possam explicar a não-participação/seleção no programa de mulheres que vivem na condição de pobreza, de modo a refletir sobre a eficácia da focalização do Programa e seu desenho.

---

[*] Trabalho apresentado no IV Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Havana, Cuba de 16 a 19 de Novembro de 2010.

[2] Com a colaboração de Alinne Veiga e Igor Briguiet.

[♣] Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (lenalavinas@gmail.com)

[♦] Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (cobo.barbara@gmail.com)

1. Introdução

A multiplicação dos programas de transferência de renda na América Latina, na última década, ampliou e muito o espectro de condicionalidades associadas ao direito a um benefício assistencial.

É bem verdade que a tradição clientelista dos países da região restringiu por muitas décadas a emergência e consolidação de um sistema de proteção social cuja institucionalidade integrasse benefícios não-contributivos àqueles vinculados aos regimes previdenciários de cobertura parcial e fragmentada, porque vinculados ao segmento formal do mercado de trabalho.

Brasil e México largaram na frente com dois grandes programas focalizados de transferência de renda condicionada nos anos 90, o Bolsa Escola[3] e o Progresa[4], respectivamente. Tais programas foram redesenhados e agora constituem os maiores programas de alívio da pobreza do continente: o Bolsa Família, no Brasil, criado em 2003, que atende a aproximadamente 12,3 milhões de famílias[5], e o Oportunidades, mexicano de 1997, que alcança 5,3 milhões de famílias[6]. Em paralelo, quase todos os países latino-americanos desenvolveram iniciativas similares a partir dos anos 2000, tais como o Chile Solidário (2002), Famílias em Acción (2001) da Colômbia, Abono de Desenvolvimento Humano equatoriano (2001), Juntos do Peru (2005), Ingreso Ciudadano no Uruguai (2005), Familias por La Inclusion Social argentino (2004), Superémonos costarriquenho (2000), etc.

Não resta dúvida de que tais programas introduzem uma ruptura de paradigma na forma de enfrentamento da pobreza, ao criarem mecanismos regulares de transferências monetárias de renda aos grupos mais vulneráveis, com o propósito de solucionar falhas de mercado. Essa prática era até então inexistente.

Este novo tipo de programa social reúne, apesar de sua diversidade, algumas características comuns, entre elas a de estabelecer contrapartidas para as famílias beneficiárias,

---

[3] O Programa Bolsa Escola surge como iniciativa do Ministério da Educação no Brasil, em 1998, sob o efeito-demonstração de programas inovadores e com bons resultados, instituídos por algumas cidades e pelo DF. A este respeito ver Lavinas L. (1999). Renda Mínima: práticas e viabilidade, in *Novos Estudos Cebrap*, n. 53, Março 1999, p. 65-83.

[4] Progresa foi criado em 1997, numa ótica intersetorial, associando proteção no plano alimentar, da saúde e educação básica. Inicialmente voltado para as áreas rurais,

[5] Dados do Ministério do Desenvolvimento Social, relativos a dezembro de 2009.

[6] Dados obtidos pelo site do Programa Oportunidades do Governo Mexicano para o último bimestre de 2009.

via de regra associadas à comprovação da freqüência escolar das crianças e à participação em programas de saúde. Outra característica desses programas consiste na identificação das mulheres como as beneficiárias nominais da transferência, na perspectiva de que, no âmbito das relações de gênero, as mulheres promoveriam um uso mais eficiente e efetivo de um recurso relativamente pequeno alocado à família, evitando, assim, desperdícios e usos indevidos.

Portanto, se imperam nos anos 90 e até meados da atual década políticas que promovem cortes de gasto público, retração da provisão pública e do peso dos servidores, privatização, dimensões centrais das políticas macroeconômicas de ajuste estrutural[7], que forçosamente levam a um grau maior de mercantilização dos serviços associados à esfera da reprodução, penalizando as mulheres que devem compensá-los na esfera doméstica, a adoção de programas de mínimos sociais para famílias pobres previamente selecionadas tem como vetor de mobilização as mulheres, agora "empoderadas" na função de legítimas provedoras da eficiência no uso de recursos escassos. Ilustração dessa orientação dos programas de combate à pobreza é o fato de 95,5% dos titulares do Oportunidades do México serem mulheres, percentual esse que atinge 92,4% no caso do Bolsa Família[8].

Cabe indagar, portanto, qual a contribuição das transferências de renda a uma maior autonomia de gênero, considerando as características das mulheres que vivem nos estratos mais pobres da população, com registros de taxas de atividade muito baixas, escolaridade incompleta e insuficiente, relevância de famílias monoparentais com chefia feminina, onde devem enfrentar sozinhas os desafios de atender a todas as demandas familiares por bem-estar.

Neste artigo, vamos analisar alguns resultados empíricos derivados de um *survey*[9] aplicado na cidade do Recife, com representatividade para um universo de 121 mil famílias pobres, para estimar os efeitos da política de transferência de renda mais importante do governo brasileiro, o Programa Bolsa Familia. Em particular, pretende-se analisar, da perspectiva das mulheres beneficiárias, efeitos do benefício no ambiente familiar, nas relações intergeracionais e de gênero e nas oportunidades de maior autonomia feminina. Vamos comparar o perfil das mulheres beneficiárias e não-beneficárias através de uma análise discriminatória, de modo a inferir o que as distingue a partir da condição de recebimento do benefício. Com base em logits,

---

[7] A este respeito ver Fonseca A. (2010). *Transferencias Condicionadas. Eradicacion Del Hambre y de La Desnutricion Cronica.* Vol I y II. FAO/ALSCH. AECID.

[8] Fonte: MDS, dezembro de 2009.

[9] Esse survey foi aplicado no âmbito de projeto financiado pelo PROSARE e pela FINEP.

vamos estimar probabilidades distintas para mulheres beneficiárias e não-beneficiárias contra um conjunto importante de fatores que determinam a autonomia das mulheres, como presença de filhos em creche, na escola, presença de um adulto que possa compartilhar o trabalho doméstico, acesso a eletrodomésticos, emprego remunerado, emprego formal, etc.

2. Metodologia e descrição sumária do universo pesquisado com o *survey*

O *survey* que fornece a base de dados original para um estudo como o aqui proposto foi realizado em Recife, em janeiro de 2008, através da aplicação de um questionário impresso, de 44 páginas, 10 módulos e aproximadamente 230 questões. As entrevistas foram realizadas *face-a-face* utilizando questionário de papel, com até três visitas a cada domicílio para a realização da mesma.

Foi definido um plano amostral probabilístico, com um estágio de seleção, adotando amostragem aleatória simples sem reposição de unidades primárias de amostragem. Cabe assinalar que foi utilizado um cruzamento entre o CadÚnico do Ministério do Desenvolvimento Social e o cadastro da Caixa Econômica[10] para identificação das famílias cadastradas beneficiárias e não-beneficiárias. Foi possível, assim, dispor de uma amostra composta em 80% por famílias beneficiárias (público-alvo) e 20% operando como grupo de controle, ou famílias não contempladas com o benefício embora cadastradas.

Durante o planejamento inicial da pesquisa, restrições de ordem orçamentária limitaram o tamanho de amostra a 1.300 unidades. No entanto, a utilização de um plano amostral simples, devido em grande parte à impossibilidade de estratificação da amostra a partir das das informações presentes no cadastro de seleção, exigiu um aumento no tamanho da amostra de forma a tentar garantir o espalhamento na população e uma maior precisão dos resultados. Sendo assim, uma reestruturação do plano de trabalho do grupo permitiu aumentar o tamanho da amostra para 1.780 unidades.

A população-alvo da pesquisa foi definida como o conjunto de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), residentes no município de Recife,

[10] O Cadastro da Caixa Econômica é denominado FOPAG (ou Folha de Pagamento)

contempladas ou não pelo benefício do Bolsa Família[11]. Tais famílias não necessariamente possuem uma correspondência direta com os conceitos de "família" e "domicílio" usualmente adotados nas pesquisas domiciliares. Sua composição é dada a partir das informações prestadas pelas famílias no ato de sua inscrição, isto é no ato do preenchimento do CadÚnico, cuja variável-chave é o Número de Identificação Social (NIS) da pessoa da família que será o responsável legal pelo recebimento do benefício no caso de concessão. Assim, denominamos nosso universo de análise de "famílias cadastrais", de forma a deixar claro que estamos trabalhando com o universo de famílias cadastradas no CadÚnico de Recife e não com o total de famílias residentes no município de Recife. Esse universo incorpora as famílias beneficiárias do Bolsa-Família (que recebem o benefício monetário) e as não-beneficiárias, porém cadastradas como público-alvo potencial de políticas sociais no CadÚnico.

A investigação cobre, assim, um universo de 121 mil famílias cadastradas no CadÚnico, que somam quase 500 mil pessoas. A Tabela 1 resume o perfil dessa população pesquisada. Observa-se uma prevalência de mulheres no nosso universo de análise (55,7%), resultado de certa forma já esperado em função da recomendação por parte dos gestores do Bolsa-Família de ser a mãe a responsável pelo recebimento do benefício. Por outro lado, a distribuição por cor/raça da população que compõe as famílias cadastrais mostra que mais de 70% eram pardos ou pretos, os brancos somando 27% do universo, distribuição esta condizente com a caracterização da população pobre do país. Por fim, observa-se que crianças e adolescentes totalizam 40% da população e 56% formam a chamada PIA – População em Idade Ativa, enquanto o peso dos idosos (pessoas acima de 60 anos) é relativamente modesto, 4%.

Um indicador-síntese sobre as condições de moradia foi elaborado de forma a que se pudesse verificar o número de domicílios que atendiam simultaneamente a boas condições de habitalidade, a saber, residência construída com materiais duráveis e saneamento considerado adequado (rede geral de água e esgoto e coleta direta de lixo). Nesse sentido, apenas 9% dos domicílios (ou um total estimado de 11.178 unidades) apresentavam boas condições de habitalidade. Os resultados revelam que uma das facetas mais dramáticas da pobreza diz respeito às condições de moradia e infra-estrutura social, extremamente precárias e deficientes na sua

[11] Foram excluídas as famílias que declaram receber mais de R$175,00 per capita mensais.

cobertura. Para além de níveis agudos de insuficiência de renda, 91% dos pobres da cidade do Recife carecem de condições de habitabilidade e salubridade satisfatórias.

Tabela 1

Distribuição relativa da população que compõe as Famílias Cadastrais, segundo sexo, cor/raça e grupos etários sexo – Recife - 2007

Características Básicas	Total	Distribuição Relativa (%)
Sexo		
Homem	219.391	44,3
Mulher	275.726	55,7
Cor/Raça		
Branca	132.983	26,9
Preta	286.460	57,9
Parda	69.553	14,0
Amarela	2.573	0,5
Indígena	2.396	0,5
Grupos etários		
De 0 a 4 anos	50.834	10,3
De 5 a 15 anos	149.130	30,1
De 16 a 24 anos	82.505	16,7
De 25 a 59 anos	191.801	38,7
60 anos ou mais	20.404	4,1
Total	**495.117**	**100,0**

Fonte: Bolsa Família no Recife, IE/UFRJ-ENCE/IBGE, Apoio FINEP/PROSARE, 2007. Nota: Exclusive pessoas que responderam "não sabe" e pessoas com idade indeterminada/não declarada

No que diz respeito à eficácia do Programa na redução da pobreza, foi constatado que o impacto das transferências de renda é modesto, pois apenas 7% das famílias beneficiárias (7.100 aproximadamente) cruzam a linha da pobreza, à época da pesquisa de R$ 120,00 mensais de renda familiar per capita. No entanto, o impacto na redução da indigência é bem mais efetivo: 10,3 mil famílias deixam de viver na miséria extrema, seu número absoluto caindo de 53,5 mil para 43,2 mil. Vários estudos já realizados indicam que o maior impacto do Programa Bolsa Família consiste, de fato, em reduzir a intensidade da pobreza e a magnitude da indigência e sua severidade. Isto também ocorre no Recife, onde a severidade da pobreza é reduzida pela metade no caso das famílias pobres e em 2/3, no caso das famílias indigentes.

O desemprego aparece como a maior fonte de vulnerabilidade da população pobre. A taxa de desocupação para maiores de 16 anos carentes é da ordem de 35%, taxa esta bastante superior

à média das principais regiões metropolitanas do país[12]. O valor da remuneração média dos ocupados também é baixo: em média, corresponde a 64% do salário mínimo vigente por ocasião do *survey*, e ainda menos que isso, no caso das mulheres. O hiato salarial de gênero observado nessa população é de 28%, desfavorável às mulheres, próximo, portanto, à média nacional para todas as classes de renda.

Mais de 40% das famílias entrevistadas afirmaram que o mais importante seria encontrar um bom trabalho para não precisar depender do Bolsa-Família; para 22%, o mais importante seria continuar a trabalhar ou voltar a trabalhar. Tais afirmações reforçam o desejo premente das famílias de inserção no mercado de trabalho, observado ao longo de toda a pesquisa. Os resultados mostram ainda que 96% das famílias declararam que nenhum adulto da família recusou trabalho nos seis meses que precederam a entrevista e, entre a parcela ínfima que informou ter recusado, a principal razão alegada para a recusa foi estar doente ou cuidando de familiares. Para 16% das famílias cadastrais, o motivo de recusa de trabalho foi tratar-se de uma ocupação ruim ou penosa. Apenas 4,7% afirmaram ter recusado trabalho por medo de perder o benefício.

Por fim, 91% das famílias entrevistadas discordaram plenamente da afirmação de que não precisariam mais trabalhar em função do recebimento do benefício. Parece haver uma clara dissociação entre programa de assistência e mundo do trabalho. Eles não são substituíveis, nem equivalentes na visão das famílias do Recife contempladas com o Bolsa-Família. Somente 3,9% das famílias cadastradas afirmaram que em virtude de receber o Bolsa-Família poderiam deixar de trabalhar.

3. O que pensam as mulheres titulares do benefício do Bolsa Família

Com o intuito de apreender possíveis mudanças no âmbito das relações de gênero nas famílias beneficiárias do Programa, foi desenvolvido um conjunto de questões voltado especificamente para as mulheres e sua inserção ocupacional e familiar.

[12] A taxa de desocupação calculada para o mesmo mês de janeiro de 2008, com base na PME (Pesquisa Mensal de Emprego) para seis regiões metropolitanas do país (ou 25% da população ocupada) era de 8%.

Inicialmente cabe identificar quem são as mulheres titulares do Bolsa Família do Recife. A tabela 2 informa que 93% dos beneficiários do BF em Recife são mulheres, na sua maioria (74%) concentradas na faixa etária 25 anos - 49 anos.

Tabela 2

Titulares do Bolsa Família, total e total de mulheres – Recife - 2007

Titulares do Bolsa-Família	Total	%
Total	104.062	100,0
Mulheres titulares	97.054	93,3
Grupos etários das mulheres titulares		
Até 16 anos	266	0,3
De 16 a 24 anos	11.089	11,4
De 25 a 39 anos	52.785	54,4
De 40 a 49 anos	19.872	20,5
50 anos ou mais	13.041	13,4

Fonte: Bolsa Família no Recife, IE/UFRJ-ENCE/IBGE, Apoio FINEP/PROSARE, 2007.

Trata-se, portanto, de mulheres em idade ativa. Desse total de 72.658 mulheres adultas, 2/3 se declararam ativas e destas outros 2/3 afirmaram estar ocupadas na ocasião da pesquisa. Assim, somente 1/3 das mulheres adultas titulares do BF eram inativas e dentre as ativas, uma em cada três estava em busca de um emprego. Logo, uma taxa de desocupação elevadíssima, da ordem de 34% para essa faixa etária. Entre as titulares mais jovens, na faixa 16-24 anos, a taxa de desocupação alcançava 50,6%. E uma boa metade se declarou inativa. A remuneração média das mulheres titulares ocupadas foi estimada em R$ 178,00 mensais, o equivalente à época a 51% do salário mínimo vigente.

Cerca de 80% das titulares afirmaram saber ler e escrever enquanto 20% delas (perto de 20.000) se auto-declararam analfabetas. Finalmente, se 90% das titulares informaram morar com crianças e adolescentes (menores de 16 anos), um percentual bem menor, 63%, afirmou viver em famílias com a presença de um homem adulto.

Indagadas acerca das transformações introduzidas pelo benefício monetário no cotidiano, as mulheres beneficiárias do Bolsa Família manifestaram uma visão relativamente positiva de tal impacto sobre as relações interfamiliares e conjugais. Uma questão atestou esse fato, como registra a tabela 3.

Nela, observa-se que 50% das mulheres entrevistadas no *survey* declararam que a relação com os filhos melhorou e que houve mudanças positivas na família a partir do recebimento do benefício. Para 80,4% das entrevistadas, os conflitos em casa não aumentaram em virtude de as mulheres receberem prioritariamente os benefícios. Somente 10% das mulheres entrevistadas consideraram que a relação com o cônjuge piorou, com tal intervenção.

Outra informação interessante diz respeito à idéia de que receber o Bolsa Família dispensaria o trabalho remunerado. A tabela 4 revela que 90% das titulares refutam essa afirmação.

Tabela 3
Distribuição das Famílias Cadastrais beneficiárias, segundo o grau de concordância ou discordância frente a diversas afirmações realizadas – Questão 7023 - Recife – 2007

Afirmativas	Concorda plenamente (%)	Discorda plenamente (%)	É indiferente (%)	Não se aplica/Não sabe/Não responde (%)	Total (%)
Ficou mais fácil sair para trabalhar fora e ganhar dinheiro	34,1	32,4	30,4	2,9	100,0
Sua relação com seus filhos melhorou	50,8	8,7	38,0	2,3	100,0
Sua relação com seu companheiro/ cônjuge melhorou	22,9	10,0	34,6	32,2	100,0
Tudo ficou igual a antes na sua família, nada mudou	32,4	56,2	10,4	0,8	100,0
Aumentaram os conflitos em casa.	2,9	80,4	14,5	2,0	100,0
Você não vai mais precisar trabalhar, já que o Bolsa Família ajuda financeiramente a família.	3,9	90,9	3,3	1,7	100,0

Fonte: Aversão à Desigualdades, Relatório IV, Bolsa Família no Recife, IE/UFRJ-ENCE/IBGE, Apoio FINEP/PROSARE, 2008. Notas: (1) Não se aplica, não sabe ou não responde. (2) Percentual elevado em virtude do elevado número de beneficiárias sem cônjuge, cuja pergunta não se aplica.

No que se refere à administração do uso do dinheiro recebido pelo Programa, a grande maioria das mulheres titulares (81% dos casos) afirmou ser pessoalmente responsável pela retirada do dinheiro na agência bancária. Raramente, é um (a) filho(a) (9% dos casos) ou o(a) cônjuge (5%) que vai sacá-lo. Em 95% dos casos quem administra o dinheiro é a própria beneficiária.

Um outro conjunto de perguntas, sobre mercado de trabalho, buscou apreender as demandas das mulheres titulares investigadas, assim como averiguar se sua participação no

mercado de trabalho afeta a dinâmica familiar. Foi, mais uma vez, apresentada uma série de afirmações em que as mulheres deveriam assinalar se concordavam plenamente, discordavam plenamente ou eram indiferentes a cada uma delas. As alternativas de resposta constam da Tabela 5. Primeiramente, chama atenção que 90,3% das entrevistadas tenham concordado plenamente que a preocupação de não ter com quem ou onde deixar os filhos prejudica o trabalho remunerado da mulher.

Tabela 4

Distribuição das Famílias Cadastrais beneficiárias, segundo o grau de concordância ou discordância frente a diversas afirmações realizadas – Questão 7205 - Recife – 2007

Afirmativas	Concorda plenamente (%)	Discorda plenamente (%)	É indiferente (%)	Não se aplica/Não sabe/Não responde (%)	Total (%)
Ter filhos atrapalha o trabalho remunerado da mulher, porque ninguém quer dar emprego para mulher que é mãe	54,0	40,4	4,7	0,9	100,0
Quando a mulher trabalha fora costumam aumentar as brigas em casa	45,6	41,7	10,4	2,3	100,0
Mulher não tem de trabalhar fora, mas cuidar da casa e dos filhos, pois já é muito trabalho	28,0	67,1	4,0	0,8	100,0
O que mais atrapalha o trabalho da mulher é ela não ter as mesmas chances que os homens têm na hora de arrumar um emprego	72,7	21,4	3,7	2,1	100,0
A preocupação de não ter com quem ou onde deixar os filhos atrapalha muito a mulher trabalhar fora	90,3	6,6	2,4	0,6	100,0
Mulher deve trabalhar só meio período para poder cuidar da casa e dos filhos	76,7	18,7	3,7	0,8	100,0
Mulher só arruma trabalho ruim e mal pago	49,4	44,6	4,3	1,6	100,0
Mulher não arruma emprego porque o desemprego está alto	81,7	14,1	2,8	1,4	100,0

Fonte: Aversão à Desigualdades, Relatório IV, Bolsa Família no Recife, IE/UFRJ-ENCE/IBGE, Apoio FINEP/PROSARE, 2008.

De fato, a oferta insuficiente de creches públicas vem sendo apontada por diversos estudos[13] como um grande impeditivo de participação das mulheres mais pobres no mercado de

[13] LAVINAS, L. & NICOLL, M. *Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas*. In Parcerias Estratégicas – edição especial: Análise sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, n. 22, 2006, p. 39-76. LAVINAS, L. & NICOLL, M. *Atividade e*

trabalho. Isso provavelmente se refletiu no percentual de 76,7% que concordaram plenamente que mulher deve trabalhar só meio período para poder cuidar da casa e dos filhos. Ou seja, a acomodação entre trabalho remunerado e tarefas domésticas ainda se faz no plano privado e individual, não com políticas públicas, mas a partir de uma inserção parcial das mulheres pobres no mercado de trabalho. Nada mais próximo da realidade, uma vez que a oferta pública não existe e que os recursos para buscar uma provisão privada tampouco existem.

Foram também elevados os percentuais daquelas que discordavam plenamente que a mulher não tem de trabalhar fora, mas cuidar da casa e dos filhos, o que representa uma carga de muito trabalho (67,1%). Esse resultado é semelhante em termos percentuais, logo muito convergente, ao que foi constatado pela valorização do trabalho feminino; daquelas que concordavam plenamente, o que mais atrapalha o trabalho da mulher é ela não ter as mesmas chances que os homens têm na hora de arrumar um emprego (72,7%), logo efeito discriminação, e que mulher não arruma emprego porque o desemprego está alto (81,7%), efeito conjuntura econômica.

Considerando a predominância de mulheres entre os titulares do benefício, observa-se não só que elas querem trabalhar fora e, assim aumentar a renda familiar, como também uma clara percepção em relação à discriminação de gênero no mercado de trabalho. Da mesma maneira, 54% concordaram plenamente com a afirmação de que ter filhos atrapalha o trabalho remunerado da mulher, porque ninguém quer dar emprego para mulher que é mãe. Para as mulheres pobres que recebem uma transferência de renda está claro que o benefício não substitui o trabalho remunerado, mas tampouco garante todas as condições necessárias para que se possa exercer uma atividade remunerada, o que pode verdadeiramente reduzir o grã de destituição de suas famílias.

4. O efeito transferência de renda na autonomização das mulheres pobres

As tabulações acima, porém, não conseguem inferir se o benefício do Bolsa Família provocou algum efeito direto sobre as relações sociais de gênero, mais especificamente na

---

Vulnerabilidade: quais os arranjos familiares em risco? Dados, Revista de Ciências Sociais, vol. 49, n. 1, 2006, IUPERJ, Rio de Janeiro, page 67-97. BILA, Sorj; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi (2007). *Políticas e Práticas de Conciliação entre Trabalho e Família no Brasil*, Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, v.37, n.132, set./dez., p.573-594.

direção da promoção de mais autonomia das mulheres no âmbito de relações assimétricas, derivadas da sua inserção na divisão sexual e social do trabalho. Se lhes reconhecer a titularidade do benefício deve promover seu empoderamento, espera-se que isso as leve a valorizar um processo de maior autonomia financeira, possível através do trabalho remunerado. Em conseqüência, a maneira de inferir tal efeito está associada a respostas que afirmam a opção por um trabalho remunerado (em lugar de um recuo, com base no recebimento do benefício, à permanência no doméstico) ou por voltar/continuar a estudar, bem como pela adoção de um padrão reprodutivo que rompa com a prole numerosa e, sobretudo, revele que, embora beneficiárias, as mulheres titulares do Bolsa Família não pretendem receber mais transferências públicas ao preço de mais filhos.

Assim, para identificar tal efeito e estimá-lo, adotamos como metodologia o recurso a modelos de regressão logística (*logit*)[14], visando encontrar preditores com efeitos significativos para as variáveis de interesse testadas.

Nesta metodologia a variável dependente Y é uma variável binária com valores 0 e 1, onde 1 representa sucesso. A modelagem de regressão logística é a metodologia mais indicada para nosso objetivo. Nessa metodologia, a relação entre a variável dependente Y e as variáveis independentes X, ou preditores, é ditada por uma função de ligação. Considere o modelo:

$$E(Y \mid X) = Pr(Y = 1 \mid X) = g^{-1}(\alpha + \beta X) ,$$

Esse modelo também pode ser escrito como

$$g(P) = \alpha + \beta X .$$

Aqui temos que g(.) é a função de ligação que estabelece a relação entre a probabilidade de sucesso P com os preditores X. A escolha do tipo de função de ligação depende da distribuição de Y, mas para o caso onde Y é binário, a escolha se dá, geralmente, entre as funções Logit

$$ln(P / (1- P)).$$

O processo de seleção seguiu os seguintes passos:

[14] Ver outras informações sobre o modelo no anexo.

a) Rodou-se um modelo incluindo todas as variáveis independentes listadas para cada uma das dependentes. Esse modelo foi chamado "Inicial";

b) Em todos os modelos testados, foi incluída uma variável indicando ser ou não titular do benefício do Bolsa Família ou não (denominada "titular_BF"), de modo a inferir o efeito do benefício sobre a variável dependente.

c) Verificou-se a significância de cada um dos preditores através do teste de Wald, que testa a hipótese H_0: $\beta=0$. A estatística do teste é calculada com base nos coeficientes estimados e seus respectivos erros padrões e o p-valor do teste indica o nível de significância;

d) Variáveis que não possuíram efeito significativo ao nível de 10% foram excluídas do modelo e modelo final foi selecionado mantendo apenas os efeitos significativos ao nível de 5%;

Questões aplicadas quando do *survey* foram selecionadas por captar visões distintas do que se poderia denominar "autonomia feminina", aqui resumida, como explicitado acima, na opção pelo trabalho remunerado, que individualiza as mulheres no âmbito da família. As questões selecionadas e suas opções positivas estão descritas na Tabela 5.

Dessa forma, as opções selecionadas da variável dependente recebem valor "1". Já o inverso se expressaria pelas respostas opostas dentro da mesma questão. Neste caso, a variável dependente recebe valor "0". O universo de análise privilegiado foram as mulheres chefes ou cônjuges com mais de 16 anos.

Obedecendo ao nosso modelo, selecionamos, em seguida, as variáveis independentes. Elas variam de modelo para modelo, mas abaixo foram todas elas listadas. Atente-se para o fato de todos os modelos contemplarem a VAR independente "titular do BF" de modo a inferir seu poder explicativo sobre as VAR dependentes, com o intuito de saber se ser beneficiária direta e nominal da transferência de renda tem efeito sobre os valores de autonomia no âmbito das relações de gênero (Tabela 6). A única exceção nos testes foram os modelos com a variável dependente 7023, cujo universo englobava unicamente as titulares do BF. Nesse modelo, "titular BF", evidentemente, não aparece como variável explicativa.

Tabela 5

Questões selecionadas com respectivas opções de resposta consideradas indicativas de "autonomia feminina"(positivas)

Nº	Enunciado	Opções de Resposta	Opções positivas
7201	Se você pudesse escolher, qual dessas opções seria a de maior importância para você?	1. Continuar/voltar a trabalhar 2. Continuar/voltar a estudar 3. Ficar em casa cuidando apenas da família e das crianças 4. Continuar/começar a receber o valor atual do Bolsa Família 5. Receber o dobro do valor do Bolsa Família para deixar de trabalhar/parar de procurar emprego 6. Encontrar um bom trabalho para não precisar depender do Bolsa Família	1, 2 e 6
7203	Quando a mulher tem trabalho remunerado, qual das opções abaixo você apontaria como a mais importante?	1. A vida fica melhor em casa porque a mulher tem mais autonomia e tem seu próprio dinheiro 2. Aumentam os conflitos em casa com o cônjuge/companheiro 3. A casa e as crianças ficam abandonadas 4. A mulher fica muito cansada e acaba tendo de largar o emprego 5. A mulher não depende mais do cônjuge/ companheiro	1 e 5
6035	Você acha que daqui a cinco anos a sua família precisará do Bolsa Família?	1. Sim 2. Espera que não 3. Não	2 e 3
7023	Agora que recebem o Bolsa Família, diga se concorda plenamente, discorda plenamente ou é indiferente das afirmações abaixo:	A. Ficou mais fácil sair para trabalhar fora e ganhar dinheiro. B. Sua relação com seus filhos melhorou. C. Sua relação com seu companheiro/ cônjuge melhorou. D. Tudo ficou igual a antes na sua família, nada mudou. E. Aumentaram os conflitos em casa. F. Você não vai mais precisar trabalhar, já que o Bolsa Família ajuda financeiramente a família	A, B e C
7205	Diga se concorda plenamente, discorda plenamente ou é indiferente das afirmações abaixo:	A. Ter filhos atrapalha o trabalho remunerado da mulher, porque ninguém quer dar emprego para mulher que é mãe. B. Quando a mulher trabalha fora costumam aumentar as brigas em casa. C. Mulher não tem de trabalhar fora, mas cuidar da casa e dos filhos, pois já é muito trabalho. D. O que mais atrapalha o trabalho da mulher é ela não ter as mesmas chances que os homens têm na hora de arrumar um emprego. E. A preocupação de não ter com quem ou onde deixar os filhos atrapalha muito a mulher trabalhar fora. F. Mulher deve trabalhar só meio período para poder cuidar da casa e dos filhos. G. Mulher só arruma trabalho ruim e mal pago. H. Mulher não arruma emprego porque o desemprego está alto	E e F

Tabela 6
Variáveis independentes utilizadas nos modelos

Variável_Nome	Variável_Definição (Binária = 1)	Variável_Definição (Binária = 0)
ativa	Mulher ativa (ocupada ou procurando emprego)	Mulher inativa (desocupada sem procurar emprego)
classe_120	Rendimento familiar per capita <= R$120	Rendimento familiar per capita > R$120
fam_Ma_3	Tamanho da família > 3	Tamanho da família <= 3
Idade1635	Idade da mulher chefe ou cônjuge entre 16 e 35 anos	Idade da mulher chefe ou cônjuge > 35 anos
idosof	Com idoso na família (Idade >=60)	Sem idoso na família (Idade >=60)
tem_filho	Tem filho ou enteado no domicilio	Não tem filho ou enteado no domicilio
titular_BF	Mulher é a responsável legal por receber o benefício	Mulher não é a responsável legal por receber o benefício
V2016_1_f	Tem título posse/escritura do terreno	Não tem título posse/escritura do terreno
V2025_k_1	Tem máquina de lavar roupa	Não tem máquina de lavar roupa
V3003_sim_f	Mulher com cônjuge	Mulher sem cônjuge
V3107_35910	Mulher com médio segundo ciclo, ensino médio/2º Grau, superior ou pós-graduação concluído	Mulher com outros níveis de ensino (elementar, fundamental/1ºgrau, EJA, pré-escola, nenhum)
V4005_1	É contribuinte de instituto de previdência oficial	Não é contribuinte de instituto de previdência oficial
V4012_1_f	Alguém ocupado na família teve acesso a treinamento	Alguém ocupado na família não teve acesso a treinamento
V6007_1	Mulher ou cônjuge tem conta corrente em banco	Mulher ou cônjuge não tem conta corrente em banco
V6008_1	Mulher ou cônjuge tem caderneta de poupança em banco	Mulher ou cônjuge não tem caderneta de poupança em banco
V6023_1_f	Família não recebeu ajuda de parentes ou amigos	Família recebeu ajuda de parentes ou amigos
V6035_23	Acha que a família não precisará (ou espera que não precise) do BF daqui a 5 anos	Acha que a família precisarádo BF daqui a 5 anos
V7022_3	Não valeria a pena ter mais um filho para aumentar o valor do benefício do Bolsa Família porque não compensa	Vale a pena ter mais um filho para aumentar o valor do do BF ou não vale porque já tem 3 filhos inscritos no programa
V9014_234	Usa (ou usou) algum método para evitar a gravidez	Não usa (ou não usou) algum método para evitar a gravidez

O Anexo 1 apresenta os resultados completos dos testes para os três primeiros modelos (variáveis dependentes V7201_126; V7203_15; V6035_23), que foram agrupados no que denominamos BLOCO 1. No texto, expomos unicamente os resultados das variáveis que se mostraram altamente significantes e que são em número relativamente reduzido. Para esse

primeiro Bloco, observa-se que ser titular do Bolsa Família tem efeito apenas em um dos modelos (V7203_15) e pouco significante, além de negativo.

BLOCO 1 - MODELOS 1, 2 e 3

	(1)		(2)		(3)	
	V7201_126		V7203_15		V6035_23	
titular_BF	-0.119	[-0.67]	-0.407*	[-2.00]	0.00975	[0.06]
V6035_23	0.966***	[4.09]				
V3107_35910	1.213***	[4.37]	0.780**	[2.86]	0.546**	[3.12]
V6008_1	0.943**	[2.93]			0.551**	[2.71]
ativa	0.783***	[4.91]	0.764***	[4.36]		
classe_120					0.444**	[2.78]
_cons	0.498**	[2.98]	1.413***	[7.63]	-1.572***	[-9.62]
N	1020		1018		1056	
-2xDev	990.3		874.6		1102.6	
PseudoR2	0.0884		0.0376		0.0238	
AIC	1002.3		882.6		1112.6	
BIC	1031.9		902.3		1137.4	

t statistics in brackets
* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

Ainda no modelo 7203_15, ser titular do BF impacta negativamente na afirmação de que por ter a mulher trabalho remunerado “a vida fica melhor em casa porque a mulher tem mais autonomia e tem seu próprio dinheiro” e “a mulher não depende mais do cônjuge/companheiro”, em contraposição às demais opções que receberam valor 0 (e não 1=sucesso, positivo). No caso, as opções com valor 0 são: quando a mulher trabalha, “aumentam os conflitos em casa”; “as crianças ficam pouco cuidadas” e “a mulher fica tão cansada que acaba largando o emprego”. Trata-se de um resultado interessante porque evidencia que o recebimento de uma transferência fiscal não é suficiente para promover uma nova percepção do valor positivo do trabalho e da autonomia femininos. No universo da pobreza e da destituição, o processo de autonomização das mulheres no espaço doméstico familiar não se processa por força do recebimento de um benefício assistencial. Ao contrário, o modelo indica que as variáveis explicativas com alta significância na aprovação do trabalho feminino são aquelas ligadas à escolaridade e à atividade (estar ocupada ou procurando emprego). Significa dizer que é a formação e a mobilização em prol do trabalho que promovem essa percepção de que trabalhar é bom e dá autonomia.

Isso se reflete no caso do primeiro modelo V7201_126, no qual receberam valor 1 as respostas que valorizam como escolha mais importante as mulheres "trabalhar", "estudar" e "ter um bom trabalho para não mais depender do Bolsa Família". Nesse modelo, a variável que tem a significância mais forte é ter algum grau de escolaridade concluído. Constata-se que a variável explicativa "ser titular de um benefício do BF", embora registre sinal negativo, não está relacionada às respostas positivas. Além da educação, as variáveis explicativas que têm efeito altamente significativo sobre essa escolha são "considerar que daqui a cinco anos não vão precisar do Bolsa Família", "ter caderneta de poupança" e "ser ativa". Podem-se interpretar esses resultados como evidências de que a opção pelo trabalho está dada para aquelas mulheres que já alcançaram algum grau de autonomia, por já estarem no mercado de trabalho, terem até algum ativo (poupança) e terem expectativas positivas de que pelo trabalho não vão precisar de uma transferência assistencial no futuro. Resumidamente, pode-se afirmar que dispor de dotações – , escolaridade concluída em algum grau, poupança, capacidade de se mobilizar em prol de um trabalho – são os fatores que têm efeito altamente significante na percepção do trabalho feminino como um valor positivo.

Já o terceiro modelo (V6035_23) demonstra que a percepção de que no futuro o benefício assistencial do BF pode ser dispensado sem perda de bem-estar está relacionado a fatores onde predominam alta escolaridade e condição de não pobre (Vclasse_120), altamente significantes. Pode-se interpretar esse resultado como o efeito de dotações já existentes na avaliação positiva das mulheres de não se precisar de um benefício assistencial futuro. Ou seja, é já não ser pobre e dispor de algumas dotações básicas que têm efeito de forte significância na resposta que mostra a não-dependência.

Num segundo bloco (BLOCO 2), utilizamos como variável dependente em três modelos a V7023 que foi respondida exclusivamente pelas titulares do BF. Trata-se de estimar que características dessas mulheres levariam a uma probabilidade maior de concordância com três diferentes afirmações (o valor positivo = 1 é "concorda plenamente"), a saber: V7023_a ("agora que as mulheres recebem o Bolsa Família ficou mais fácil sair para trabalhar e ganhar dinheiro"); V7023_b ("agora que as mulheres recebem o Bolsa Família, a relação com os filhos melhorou"); V7023_c ("agora que as mulheres recebem o Bolsa Família, a relação com o companheiro/cônjuge melhorou").

BLOCO 2
MODELOS "CONCORDA PLENAMENTE" V7023 _ 1, 2, 3 Somente Titulares do BF

Concorda - Sem BF

	(1) V7023_a_co~f	(2) V7023_b_co~f	(3) V7023_c_co~f
V3107_35910	-0.457*	-0.397*	
	[-2.48]	[-2.29]	
ativa	0.807***		
	[5.38]		
V4005_1	0.775**		
	[2.71]		
fam_Ma_3		0.566***	
		[3.79]	
V3003_sim_f		-0.407**	2.936***
		[-2.79]	[11.32]
Idade1635		0.291*	
		[2.01]	
V9014_234		0.440**	0.847*
		[2.90]	[4.00]
V2025_k_1			-1.021*
			[-1.97]
V6008_1			-0.574*
			[-2.07]
classe_120			
V6035_23			
_cons	-1.117***	-0.376*	-3.707***
	[-9.36]	[-2.50]	[-12.91]
N	962	962	960
-2xDev	1187.7	1292.2	801.0
PseudoR2	0.0390	0.0287	0.252
AIC	1195.7	1304.2	811.0
BIC	1215.2	1333.4	835.3

t statistics in brackets
* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

O modelo 1, cuja variável dependente é "agora que as mulheres recebem o Bolsa Família ficou mais fácil sair para trabalhar e ganhar dinheiro", confirma resultados já verificados nos modelos anteriores, quais sejam: têm maior probabilidade de concordar com essa afirmação

aquelas titulares do BF que já são ativas, em primeiro lugar, têm um emprego formal (aqui associado ao fato de se contribuir para o INSS) e nível de escolaridade relativamente mais alto.

O modelo 2 - variável dependente é "agora que as mulheres recebem o Bolsa Família, a relação com os filhos melhorou" - indica que as mulheres titulares vivendo em famílias de prole numerosa (mais de 3 filhos), que usam algum método contraceptivo e que são mais jovens (faixa etária entre 16-35 anos) registram probabilidade mais alta de concordar com essa afirmação. Ocorre o inverso no caso de mulheres titulares do BF com maior grau de escolaridade e que declararam viver com cônjuge ou companheiro. Pode-se deduzir, portanto, que receber o BF facilitou muito a vida nas famílias onde as titulares são jovens e com presença de muitas crianças (apesar de controlar a sua fertilidade), elevando seu bem-estar.

O modelo 3 investiga se "agora que as mulheres recebem o Bolsa Família, a relação com o companheiro/cônjuge melhorou". Probabilidade de concordância alta para mulheres titulares que vivem com cônjuge e controlam sua fecundidade, o que reforça o efeito observado no modelo anterior. Para aquelas com máquina de lavar em casa (o que auxilia muito no trabalho doméstico e libera a força de trabalho feminina) e têm caderneta de poupança (ativo em caso de risco) o sinal negativo e a baixa significância revelam uma probabilidade menor de concordância.

Um terceiro bloco (BLOCO 3) de perguntas inquiriu sobre a concordância com as seguintes afirmações: "a preocupação de não ter com quem ou onde deixar os filhos atrapalha muito a mulher trabalhar fora" (V7205_e); e "mulher deve trabalhar fora só meio período para poder cuidar da casa e dos filhos" (V7205_f). Neste bloco 3, as variáveis dependentes foram respondidas por todas as mulheres. Os resultados completos dos testes figuram no Anexo 2.

Primeiramente, cabe destacar um primeiro efeito de "ser titular do BF": a probabilidade de concordância com a afirmação de que "mulher deve trabalhar fora só meio período para poder cuidar da casa e dos filhos"(V7205_f) é maior, embora pouco significativa, para as mulheres titulares do BF. Isso parece explicitar suas dificuldades em equilibrar o exercício de uma ocupação remunerada tempo integral com as responsabilidades familiares pelo trabalho doméstico. Observe-se que o sinal negativo nesse modelo está relacionado às mulheres com mais escolaridade (cuja probabilidade, portanto, de concordar com essa resposta é muito baixa). È como se tivéssemos, no caso dessa variável dependente, uma polarização clara: não existem oportunidades para as titulares do BF de escapar a uma ocupação precarizada por falta de condições de resolver os conflitos de gênero inerentes ao divisão sexual do trabalho. Assim, seu

processo de autonomização parece comprometido. Ocorre o inverso no caso das mulheres com mais escolaridade.

BLOCO 3
MODELOS "CONCORDA PLENAMENTE" – V7205_e; f

Concorda

	(4) V7205_e_conc	(5) V7205_f_conc
titular_BF	-0.157	0.375*
	[-0.65]	[2.43]
V3107_35910	-0.616**	-0.795***
	[-2.63]	[-4.83]
fam_Ma_3	0.627**	
	[2.82]	
V3003_sim_f	-0.465*	
	[-2.09]	
Idade1635	0.564*	
	[2.57]	
classe_120	0.586*	
	[2.35]	
V6035_23		-0.389*
		[-2.42]
_cons	2.014***	1.195***
	[7.56]	[8.71]
N	1149	1151
-2xDev	704.4	1216.0
PseudoR2	0.0348	0.0285
AIC	718.4	1224.0
BIC	753.7	1244.2

t statistics in brackets
* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

No caso da variável dependente V7205_e, o teste confirma que "ser titular do BF" não tem relação com a afirmação de que a "preocupação de não ter com quem ou onde deixar os filhos atrapalha muito à mulher trabalhar fora". Analogamente à anterior, as mulheres com mais escolaridade também apresentam menor probabilidade de concordância com essa afirmação, o mesmo ocorrendo para aquelas com perspectiva de não precisar do BF nos próximos 5 anos. Ou seja, as mulheres titulares mais escolarizadas e com expectativas de não dependência do BF (logo com valorização positiva sobre auferir rendimentos não assistenciais) não vêem o trabalho doméstico como obstáculo a "trabalhar fora". Significa dizer que elas internalizam o "custo da

autonomia", que é a tentativa de construção de arranjos possíveis para compatibilizar atividade remunerada e trabalho doméstico, na organização das várias jornadas.

Um segundo exercício (BLOCO 4) voltou-se para estimar o efeito de ser titular do BF sobre a decisão de ter mais filhos para aumentar o valor do benefício (progressivo em função do número de crianças no domicílio, até 3 crianças e 2 jovens), comportamento oportunista atribuído pelo pensamento conservador às mulheres pobres que são contempladas com benefícios assistenciais. O resultado aqui é inequívoco: existe uma associação entre ser titular do BF e não desejar ter mais filhos para se beneficiar de uma elevação no valor da transferência (Qui2). O modelo de regressão logística indica um coeficiente bastante elevado que ao ser transformado em razão de chance **(exp(2,82) = 16,77)** revela que as chances de uma mulher ser titular do BF entre as que não querem elevar sua prole é 16 vezes maior do que as chances de ser titular entre as que desejam sim ter mais filhos e ganhar mais benefícios.

BLOCO 4

titular_BF	Coef.	Std. Err.	z	P>|z|	[95% Conf.	Interval]
V7022_3	2.819956	.1564408	18.03	0.000	2.513337	3.126574
_cons	-1.023577	.1279734	-8.00	0.000	-1.2744	-.7727538

```
. tab titular_BF V7022_3, chi
```

titular_BF	V7022_3 0	V7022_3 1	Total
0	231	144	375
1	83	868	951
Total	314	1,012	1,326

Pearson chi2(1) = 416.0086 Pr = 0.000

Constata-se que "ter mais filhos" **não** se mostrou uma opção válida para a maioria das titulares na busca por ampliar a renda familiar. Esse resultado vem, aliás, corroborar as tendências atuais de redução constante da taxa de fecundidade, inclusive entre grupos mais pobres[15].

[15] Um módulo sobre saúde reprodutiva da pesquisa inferiu que também entre famílias beneficiárias a taxa de fecundidade é declinante, menos de 3 filhos por mulher em idade fértil.

Um quinto e último exercício (BLOCO 5) buscou, através de uma regressão logística, estimar a probabilidade de as mulheres titulares do BF serem pobres (Vpobre - renda inferior à linha de pobreza de R$ 120,00) ou terem um emprego formal (aqui associado à contribuição ao INSS – V4005_1). Os resultados são bastante interessantes e confirmam algumas hipóteses:

- A probabilidade de uma mulher pobre ser titular do BF é alta.
- Já ter um emprego formal e ser titular do BF registra sinal negativo, o que indica que essa probabilidade é muito menor para se tornar titular.
- Pode-se supor que em associando ambas as características – pobre porém ocupada em uma atividade formalizada – a titular do BF acabe sendo excluída do recebimento do benefício.

BLOCO 5

```
Logistic regression                               Number of
                                                  LR chi2(2)      =
                                                  Prob > chi2     =
Log likelihood = -773.75425                       Pseudo R2

------------------------------------------------------------
 titular_BF |      Coef.   Std. Err.      z    P>|z|     [95% Conf.
------------+-----------------------------------------------------
      pobre |    .467175   .1342851     3.48   0.001
    V4005_1 | -.808837    .2239    -3.61   0.000 -1.247911 -.369762
      _cons |   .6755081   .1138785            .4523104
------------------------------------------------------------

Odds
Ratio
------------------------------------------------------------
 titular_BF | Odds Ratio   Std. Err.      z    % Conf.
------------+-----------------------------------------------------
      pobre |   1.595481   .2142493     3.48   0.001
    V4005_1 |   .4453757   .0800    -3.61   0.000     .2871038
------------------------------------------------------------


         |
titular_BF |          0          1 |
-----------+----------+--------
       0 |        329         46 |
       1 |        904         47 |
-----------+----------+--------
    Total |      1,233         93 |

        Pearson chi2(1) =  22.1241   Pr
         |
titular_BF |          0          1 |
-----------+----------+--------
       0 |        142        233 |
       1 |        243        708 |951
-----------+----------+--------
    Total |        385        941 |

        Pearson chi2(1) =  19.7946   Pr
```

Finalmente, procuramos também identificar fatores discriminantes entre mulheres beneficiárias x mulheres não-beneficiárias (ou seja que não recebem o benefício do Bolsa Família embora estejam cadastradas no CadÚnico). Rodamos um novo modelo de análise discriminatória, inicialmente contemplando um número maior de variáveis. As variáveis que se mostraram mais significantes na distinção entre beneficiárias e não-beneficiárias foram, justamente, as que se relacionam com uma inserção de melhor qualidade no mercado de trabalho.

Observa-se pelos dados da Tabela 7 que as mulheres que não são beneficiárias do BF (sinal negativo) registram coeficiente elevado das variáveis: "contribuir para o INSS", ou seja ter emprego formal, ter mais de 35 anos (mais experientes), ser ativa (ocupada ou procurando emprego) e ter filho na creche ou na escola. Em outras palavras, as mulheres que não foram contempladas pelo BF e são possivelmente não-pobres (ou menos pobres relativamente) têm características que as associam ao que as libera para o trabalho remunerado e para a autonomia financeira.

Tabela 7

Standardized Canonical Discriminant Function Coefficients		
	Function	
Var_contribuiINSS	-0,44635116	
Var_Maisde35	-0,275659122	
Var_ativa	-0,25642682	
Var_filhocreche	-0,133639323	
Var_alfabetizada	-0,068999315	
Var_branca	0,011171833	
Var_Temrendadotrabalho	0,023246956	
Var_filhojovem	0,031592677	
Var_temconjuge	0,103367337	
Var_Indigente	0,175242903	
Var_filhocrianca	0,251101351	
Var_Pobre	0,281501825	
Var_conversacomaprofessora	0,609664412	

No outro extremo, os coeficientes mais elevados estão associados à família em primeiro lugar: as beneficiárias do Bolsa Família costumam "conversar muito com as professoras sobre a

situação escolar da criança" (efeito derivado provável da contrapartida de freqüência escolar obrigatória das crianças em famílias beneficiárias), vivem abaixo da linha da pobreza (pobres ou indigentes), têm cônjuge e filhos de tenra idade (que não freqüentam creche e limitam, portanto, sua inserção ocupacional).

Esse quadro de opostos revela existir uma focalização adequada do programa já que recebem os benefícios as mulheres que parecem em situação de maior vulnerabilidade (são pobres ou indigentes) e cuja inserção ocupacional não mostra significância. Ou seja, nesse sentido, o benefício não poderia ser interpretado como um mecanismo de promoção da autonomia, já que esta passa forçosamente por oportunidades ocupacionais e de remuneração.

5. Breves Conclusões

Uma idéia-força que ressalta nos testes econométricos realizados no presente artigo é que não existe "efeito BF" na construção de uma percepção valorizante do trabalho remunerado feminino, que, no nosso entender, é central no processo de autonomização das mulheres no âmbito das relações assimétricas de gênero.

No único modelo em que se observa um "efeito BF" a associação se faz com uma visão que se poderia denominar de mais tradicional, em que a inserção das mulheres se faz pelo espaço doméstico, constrangendo, pelo tempo parcial, sua inserção produtiva. Esta é dependente daquele. Faz supor que embora haja um real e indiscutível ganho de bem-estar para as famílias das titulares, no que tange melhorias nas relações intrafamiliares, na qualidade de vida, o Bolsa Família não tem efeito direto sobre o que se poderia chamar de empoderamento de gênero.

Porém, resultados muito interessantes foram observados. Primeiramente, o modelo rodado com dados do Programa Bolsa Família de Recife indica que as titulares do benefício registram probabilidade elevada de responder não querer mais filhos com vistas a elevar o valor do benefício recebido, jogando por terra o lugar comum de que "pobre é pobre porque tem muito filho" e de que o benefício assistencial seria um incentivo ao aumento da taxa de fecundidade das mulheres pobres.

Em segundo lugar, há que prestar atenção ao alerta que sai dos dados: mulheres que contribuem para o INSS, embora registradas no CadÚnico, têm baixa probabilidade de se

tornarem titulares de um benefício, embora ser pobre tenha probabilidade alta. Podemos aventar a hipótese, a partir deste resultado, de que o vínculo formal de trabalho seja um mecanismo de exclusão do Programa, ainda que a titular detentora desse emprego formal viva com uma renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza do Programa. Esse resultado parece corroborar análises que incorretamente indicam haver um desincentivo à busca de um emprego com carteira assinada por parte dos beneficiários do Bolsa Família. A situação é completamente distinta: ter um emprego formal não garante a "saída da pobreza" pois quem recebe um salário mínimo como assalariada com carteira e vive com duas crianças e um adulto sem rendimentos próprios é pobre, considerando-se o corte de renda do Programa [16]. Mas ao estar registrada na RAIS, cai sua probabilidade de, embora elegível tornar-se titular. O desenho do Programa, através de suas condicionalidades e controles, acaba por gerar não desincentivos ao emprego formal por paete dos beneficiários, mas incompatibilidade e, forçosamente, exclusão entre ser beneficiário de um programa de transferência de renda e ter um emprego formal. Não por acaso, a idéia de que é preciso ter uma "porta de saída" para a pobreza está associada a que é pobre quem não tem trabalho!

Por fim, observa-se que a visão positiva do processo de autonomização das mulheres pelo trabalho está fortemente associado a quem já é ativa – tem dotações para estar ocupada ou buscar emprego – e tem formação escolar concluída (novamente dotações, no caso de capital humano). Por tudo que o feminismo nos ensinou nos últimos 30 anos, parece ser de fato pela própria dinâmica do mercado de trabalho que se constrói a dimensão emancipatória do ser mulher. Não parece haver atalhos, nem mesmo para as mulheres que vivem ainda mais em situação de profunda fragilidade e precariedade. Para liberar a força de trabalho feminina para o trabalho remunerado é indispensável prover escola em tempo integral, serviços públicos, como creche de qualdiade e acesso garantido, "care" para os idosos. Até porque Omo é amplamente conhecido, é o aporte do trabalho remunerado nas famílias pobres que pode verdadeiramente contribuir para a redução dos níveis de destituição cuja magnitude mantém-se – apesar de todas as melhoras recentes– incrivelmente alta no Brasil.

[16] Em valores de hoje, R$ 510 / 4 = R$ 127,50 de renda per capita com uma linha de pobreza no valor de R$ 140,00

ANEXO 1

	(1)		(2)		(3)	
	V7201_126		V7203_15		V6035_23	
titular_BF	-0.192	[-1.00]	-0.319	[-1.48]	0.105	[0.58]
fam_Ma_3	-0.134	[-0.72]	-0.189	[-0.89]	-0.0943	[-0.55]
V6023_1_f	0.0859	[0.51]	0.0840	[0.45]	0.182	[1.14]
V2016_1_f	0.211	[1.14]	0.0310	[0.16]	-0.0826	[-0.48]
V6007_1	-0.524	[-1.81]	0.250	[0.76]	0.427	[1.81]
V6008_1	1.055**	[3.11]	-0.235	[-0.85]	0.455*	[2.12]
ativa	0.788***	[4.56]	0.762***	[4.03]	0.0781	[0.47]
V3107_35910	1.135***	[4.00]	0.811**	[2.89]	0.518**	[2.80]
V9014_234	-0.00504	[-0.03]	-0.0788	[-0.37]	-0.322	[-1.77]
V3003_sim_f	0.287	[1.59]	-0.0149	[-0.07]	0.165	[0.97]
idosof	-0.0164	[-0.07]	0.345	[1.13]	0.112	[0.46]
V4012_1f	0.447	[1.46]	-0.145	[-0.48]	-0.0414	[-0.16]
V2025_k_1	-0.0353	[-0.08]	-0.661	[-1.75]	0.203	[0.57]
Idade1635	0.154	[0.83]	-0.0472	[-0.24]	-0.0451	[-0.26]
tem_filho	0.446	[1.35]	-0.0953	[-0.24]	0.226	[0.71]
V6035_23	1.025***	[4.26]	-0.143	[-0.68]		
V4005_1	0.369	[0.84]	-0.0257	[-0.06]	0.0921	[0.30]
classe_120	-0.301	[-1.56]	0.388	[1.70]	0.405*	[2.33]
_cons	-0.00419	[-0.01]	1.540***	[3.50]	-1.802***	[-4.82]
N	1020		1018		1056	
-2xDev	975.9		862.8		1092.8	
PseudoR2	0.102		0.0505		0.0325	
AIC	1013.9		900.8		1128.8	
BIC	1107.5		994.4		1218.2	

t statistics in brackets
* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001

ANEXO 2

Concorda - Sem BF

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
	V7023_a_co~f	V7023_b_co~f	V7023_c_co~f	V7205_e_co~f	V7205_f_co~f
V3107_35910	-0.457*	-0.397*		-0.618**	-0.771***
	[-2.48]	[-2.29]		[-2.64]	[-4.71]
ativa	0.807***				
	[5.38]				
V4005_1	0.775**				
	[2.71]				
fam_Ma_3		0.566***		0.634**	
		[3.79]		[2.87]	
V3003_sim_f		-0.407**	2.936***	-0.464*	
		[-2.79]	[11.32]	[-2.09]	
Idade1635		0.291*		0.541*	
		[2.01]		[2.49]	
V9014_234		0.440**	0.847***		
		[2.90]	[4.00]		
V2025_k_1			-1.021*		
			[-1.97]		
V6008_1			-0.574*		
			[-2.07]		
classe_120				0.604*	
				[2.44]	
V6035_23					-0.386*
					[-2.40]
_cons	-1.117***	-0.376*	-3.707***	1.898***	1.454***
	[-9.36]	[-2.50]	[-12.91]	[9.63]	[16.11]
N	962	962	960	1149	1151
-2xDev	1187.7	1292.2	801.0	704.8	1221.8
PseudoR2	0.0390	0.0287	0.252	0.0342	0.0238
AIC	1195.7	1304.2	811.0	716.8	1227.8
BIC	1215.2	1333.4	835.3	747.1	1242.9

t statistics in brackets
* p<0.05, ** p<0.01, *** p<0.001